EPISÓDIO

1

RESGATADA DA CASA DO JUIZ. A JUSTIÇA DEIXOU ELA VOLTAR

Fiscais tiraram a Sônia da casa de um desembargador em 2023 e a Justiça deixou ela voltar. Até 1º de julho de 2026, a lei mandava o fiscal marcar hora com o patrão antes de entrar.

NESTE EPISÓDIO

A menina da creche
"Filha afetiva"
A casa da tua rua
A porta
Cinco milhões
A pajem dos Moreira Salles
O patrão não esperava
O que a organização arrancou
Onde a Sônia está
Quem bate na porta
Fontes

Versão de 12 de novembro de 2026.
https://fiovermelho.org/episodios/laudelina-a-domestica-que-o-patrao-nao-esperava/
Pode copiar e distribuir, citando o Fio Vermelho (CC BY 4.0):
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

A MENINA DA CRECHE

A Sônia Maria de Jesus tinha 9 anos quando saiu de uma creche em Osasco, na Grande São Paulo, levada para Santa Catarina pela mulher que trabalhava ali. Quase 40 anos depois, em junho de 2023, fiscais tiraram ela da casa de um desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis.

Segundo a fiscalização, a Sônia, que é surda, fazia o serviço da casa sem salário e nunca aprendeu a língua de sinais. Três meses depois do resgate, ela voltou para a mesma casa, com autorização da Justiça. Em setembro de 2026, continuava lá.

E você sabe o que a lei mandava o fiscal fazer, até julho de 2026, antes de entrar numa casa dessas? Marcar hora com o patrão. Na casa da Sônia, ninguém marcou hora. Entraram com ordem de juiz.

Por que a porta de uma casa fica fechada para o fiscal, quem abriu metade dela em julho e quem ainda segura a outra metade: foi isso que a gente foi atrás. A gente leu a lei que deixava o patrão marcar a hora do fiscal, e a que mudou isso.

Fontes deste capítulo: **1, 2, 3 e 4**

"FILHA AFETIVA"

O desembargador se chama Jorge Luiz de Borba. Ele e a mulher negam o que a fiscalização apontou. Dizem que a Sônia é filha afetiva do casal, e ele prometeu adotar.

Só que, num post da mulher dele no Instagram, a Sônia aparece na lista das "funcionárias" da casa. Segundo os fiscais, ela dormia num quarto longe do resto da família e comia com os outros empregados. Segundo os fiscais, sem atendimento, ela perdeu dentes.

Os irmãos de sangue da Sônia passaram quase quatro décadas sem notícia dela. Quando acharam, uma das irmãs, a Marta de Jesus, falou à Repórter Brasil.

> *Não tem como não ter um sentimento de indignação. A gente descobre que não, que ela não teve acesso ao mínimo, ao básico*
> *— Marta de Jesus, irmã de Sônia Maria de Jesus, Repórter Brasil, "Irmãos buscam reencontro com doméstica apontada como escravizada em SC", 2023*

O mínimo. A Procuradoria-Geral da República, que é quem acusa desembargador no tribunal, denunciou o casal por reduzir a Sônia a condição análoga à de escravo. A denúncia não é condenação, e o casal nega.

O processo corre em sigilo no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é onde desembargador responde por crime, e até agora não foi julgado.

Foi um ministro desse mesmo tribunal, Mauro Campbell, que autorizou a volta, falando em vontade clara e inequívoca da Sônia.

> *vontade clara e inequívoca*
> *— Decisão do STJ que autorizou a volta da Sônia, Citada pela Repórter Brasil, 2023*

No Supremo Tribunal Federal, o ministro André Mendonça negou o pedido da Defensoria Pública, que defende quem não pode pagar advogado, para impedir a volta.

Vontade clara, de uma mulher que, segundo os fiscais, nunca aprendeu a língua de sinais. Como é que você pergunta isso para ela?

E a Sônia não é exceção. Talvez a próxima more na sua cidade.

Fontes deste capítulo: **1, 2, 3, 4, 33 e 25**

A CASA DA TUA RUA

No ano passado, o governo resgatou 34 pessoas em trabalho escravo dentro de casa de família, em 122 fiscalizações. E 2026 já tem caso de sobra.

Na Grande Fortaleza, em junho de 2026, uma mulher de 62 anos tinha começado a trabalhar para uma família aos 7, em 1971. Serviu à mãe, à filha e à neta da mesma família de patrões. Uma vizinha disse à televisão que ninguém no condomínio desconfiava. Segundo os auditores, o Bolsa Família dela era sacado pela patroa, que repassava só uma parte.

Os auditores calcularam R$ 1,5 milhão em direitos. O advogado da família nega que fosse trabalho escravo. No acordo, a família pagou R$ 50 mil e se comprometeu a dar uma casa de pelo menos R$ 150 mil: no mínimo R$ 200 mil, contra R$ 1,5 milhão.

Em 22 de outubro de 2026, no Lago Sul, em Brasília, o Ministério Público do Trabalho entrou na Justiça por uma mulher de 68 anos que, segundo a ação, cuidava de uma diplomata com Alzheimer. Fim de semana, feriado, sem horário. O pedido é de R$ 800 mil em indenização, e ainda vai ser julgado.

Num programa do Tribunal Superior do Trabalho, em 2023, uma mulher resgatada em outro caso, que não é identificada, contou como era o dia.

> *Eu fiquei trabalhando nessa casa, eu fiquei lá 50 anos nessa casa. Não tinha férias, não tinha 13º, não tinha nada. Eu levantava 5 horas da manhã*
> *— Trabalhadora doméstica resgatada (não identificada), Tribunal Superior do Trabalho, programa Jornada, "Trabalho doméstico escravo", 2023*

Cinquenta anos numa casa. Quantas casas da sua rua têm um quartinho nos fundos?

Fontes deste capítulo: **6, 7, 8, 9 e 10**

A PORTA

A regra do horário marcado está numa lei de junho de 2015, a lei das domésticas, a mesma que deu fundo de garantia para elas. A gente foi ler o artigo.

> *Lei 10.593, art. 11-A (incluído pela Lei Complementar 150) · 2015-06-01 · Redação de 2015*
> *(...) dependerá de agendamento e de entendimento prévios entre a fiscalização e o empregador.*

Para fiscalizar o trabalho de uma doméstica dentro da casa, o fiscal tinha que combinar a visita com o patrão. E andar pela casa com o patrão, ou alguém da família dele, do lado. Se o patrão não concorda, sobra pedir ordem a um juiz.

É uma blitz que avisa ao motorista o dia e a hora em que vai parar ele. Você abriria a boca pro fiscal, com o seu patrão do lado?

Na casa da Sônia, em 6 de junho de 2023, foi uma operação de cinco órgãos, com a Polícia Federal cumprindo mandado da Justiça. No Lago Sul, em 2026, a equipe também só entrou com autorização judicial.

A regra do horário marcado caiu em 1º de julho de 2026, numa lei que o Congresso aprovou e o Lula sancionou, a Lei 15.455.

> *Lei 10.593, art. 11-A (nova redação dada pela Lei 15.455) · 2026-07-01 · Redação de 2026*
> *A entrada do Auditor-Fiscal do Trabalho no âmbito do domicílio do empregador dependerá de autorização do empregador ou do trabalhador, caso ali resida.*

Agora, a doméstica que mora na casa pode deixar o fiscal entrar, sem pedir licença ao patrão.

Agora pense na Sônia. A lei nova depende do sim de quem mora na casa. Ela é surda, segundo os fiscais nunca aprendeu a língua de sinais, e mora com quem diz que ela é da família. Quem chega para fazer a pergunta, e em que língua?

A porta abriu pela metade. A outra metade depende de quem vai bater nela.

Fontes deste capítulo: **5, 9, 11, 12 e 13**

CINCO MILHÕES

No fim de 2025, o Brasil tinha 5,1 milhões de mulheres trabalhando em casa dos outros. É mais gente que duas cidades de Salvador inteiras. Talvez a sua mãe, a sua tia, você mesma.

68 em cada 100 são negras. E de cada quatro, três trabalham sem carteira assinada. Quase dois terços não contribuem para a aposentadoria.

A média que elas ganham, R$ 1.335 por mês, não chegava a um salário mínimo de 2025, que era de R$ 1.518. As outras mulheres ocupadas ganham, em média, R$ 3.267. Quanto você paga, ou quanto pagam para a sua mãe, por um dia de faxina?

Esse atraso tem certidão de nascimento. A Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, deixou a doméstica de fora, e definiu o trabalho dela como serviço de natureza não econômica.

> *os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas*
> *— Consolidação das Leis do Trabalho, art. 7º, alínea a, Definição de empregado doméstico, 1943*

Uma mulher respondeu a isso. Ela tinha começado a trabalhar em casa de rico ainda criança.

Fontes deste capítulo: **14, 15 e 16**

A PAJEM DOS MOREIRA SALLES

Até 22 de novembro de 2026, no Instituto Moreira Salles (IMS), no número 2424 da avenida Paulista, você entra de graça numa exposição sobre uma doméstica.

Ela se chamava Laudelina de Campos Melo e viveu de 1904 a 1991. Na linha do tempo da parede está escrito que, em 1916, a Laudelina trabalhava de pajem para a família Moreira Salles.

> *Instituto Moreira Salles, exposição "Dignidade e luta: Laudelina de Campos Mello" · 2026 · Cronologia*
> *1916 — Laudelina trabalha como pajem da família Moreira Salles.*

Pajem é a menina que cuida dos filhos do patrão. E o Instituto Moreira Salles foi fundado por essa mesma família.

O texto da curadoria diz isso com todas as letras. A menina que cuidava dos filhos da família virou exposição no instituto da família.

> *na instituição ligada a uma família para a qual trabalhou*
> *— Texto da curadoria da exposição sobre Laudelina de Campos Mello, Instituto Moreira Salles, 2026*

Ela nasceu em Poços de Caldas, em Minas, e largou a escola quando o pai morreu num acidente de trabalho. Com uns 20 anos, foi ser doméstica em Santos.

Em 8 de julho de 1936, ela fundou em Santos a primeira associação de trabalhadoras domésticas do Brasil. No ano seguinte, o Estado Novo de Getúlio Vargas fechou a associação. Ela só reabriu em 1946.

Você sabia o nome dela? Em 2023, a Lei 14.635 pôs o nome da Laudelina no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Fontes deste capítulo: **17, 18, 19 e 20**

O PATRÃO NÃO ESPERAVA

Em Campinas, onde ela foi morar nos anos 1950, a Laudelina leu os classificados do Correio Popular. Os anúncios de emprego doméstico pediam mulher branca, ou estrangeira. Ela foi até a redação reclamar. No dia seguinte, os anúncios não falavam mais de cor.

Em 18 de maio de 1961, ela fundou a associação das empregadas domésticas de Campinas. O argumento para deixar a doméstica de fora da lei era que ela não trazia economia para o país. Numa entrevista gravada para uma pesquisadora da Unicamp, a Laudelina respondeu assim.

> *Nós trazemos a economia, eles saem para trabalhar, principalmente a classe média, eles têm que trabalhar fora, e então passam a escravizar a empregada doméstica*
> *— Laudelina de Campos Melo, Depoimento a Elisabete Pinto (Unicamp), citado na exposição do IMS*

A patroa só sai para trabalhar porque alguém fica. É a conta que a lei trabalhista se recusou a fazer. Quem cuida da sua casa enquanto você trabalha?

Em 1964 veio o golpe, e a associação dela virou entidade beneficente ligada à prefeitura. Em 1968, a Laudelina saiu, por divergência ideológica. Voltou em 1982, com 78 anos.

Em 1988, a associação virou sindicato. E a Laudelina passou a própria casa para o sindicato, ainda viva, com uma condição. A casa de uma doméstica, entregue para as outras.

Fontes deste capítulo: **17, 19 e 21**

O QUE A ORGANIZAÇÃO ARRANCOU

Em dezembro de 1972, a doméstica ganhou carteira, previdência e 20 dias úteis de férias. Em abril de 2013, a emenda das domésticas deu jornada de 8 horas e hora extra. Em outubro de 2015, o fundo de garantia ficou obrigatório.

A Laudelina morreu em 1991, 22 anos antes da emenda. Quem viu a emenda passar foram as herdeiras dela, como a baiana Creuza Oliveira, presidenta de honra da Fenatrad, que trabalhou em casa de família antes dos 10 anos.

No caso da Grande Fortaleza, uma autoridade ouvida pela televisão contou o que mais se escuta quando a fiscalização chega: ela é da família. Em 2023, numa entrevista na televisão, a Creuza contou o que ela escuta na Justiça.

> *os juristas que julgam dizem: 'Não, isso não é trabalho escravo, ela faz parte da família, ela está lá desde menina'. Quer dizer, o Estado homologando a escravidão moderna*
> *— Creuza Oliveira, presidenta de honra da Fenatrad, Rede TVT, Entre Vistas, 2023*

Se é da família, a pergunta é simples. Ela está no testamento?

A segunda objeção é mais séria, e vem da Constituição: a casa é asilo inviolável.

> *a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador*
> *— Constituição Federal, art. 5º, XI, 1988*

Só que a Constituição fala em consentimento do morador. E quem dorme no quartinho também mora na casa.

Fontes deste capítulo: **8, 21, 22, 23, 24 e 25**

ONDE A SÔNIA ESTÁ

Em abril de 2025, a mulher do desembargador, Ana Cristina Gayotto de Borba, entrou na lista suja do trabalho escravo.

A lista suja é o cadastro público do Ministério do Trabalho com quem foi autuado por trabalho escravo e já perdeu o último recurso no próprio ministério. O nome fica lá dois anos, à vista de qualquer um, e banco olha a lista antes de emprestar.

Em 2026, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina anulou o processo que pôs ela na lista, porque as notificações foram para ela e não para os advogados. O tribunal não disse que não houve trabalho escravo. Disse que o papel foi para o endereço errado.

Em agosto, uma vara do trabalho de Florianópolis parou a ação do Ministério Público e da Defensoria contra o casal até a Justiça decidir o pedido deles para serem reconhecidos como pai e mãe da Sônia. Enquanto esse pedido não sai, a ação trabalhista fica parada.

Em setembro, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho pôs o caso de volta na lista, até o fim do processo.

Os irmãos da Sônia veem ela de três em três meses. Um deles, o Marcelo, viaja de São Paulo até Florianópolis para isso.

> *Da nossa parte, enquanto família, a gente não tem muito que fazer*
> *— Marcelo de Jesus, irmão da Sônia, Repórter Brasil, 2026*

Só agora conseguiram que ela dormisse uma noite com eles. Se fosse a sua irmã, três meses de espera bastavam?

Em 2025, o Superior Tribunal de Justiça mandou fazer uma perícia para saber se ela consegue decidir sozinha. A gente procurou o resultado. Se saiu, não é público.

Até lá, a vontade clara e inequívoca continua sendo a que um ministro leu, de uma mulher que está aprendendo agora a língua de sinais. E cada mês que o processo passa em sigilo é mais um mês sem resposta pública sobre o que ela quer.

Fontes deste capítulo: **1, 2, 34, 26 e 27**

QUEM BATE NA PORTA

A lei abriu metade da porta. Quem bate nela é o auditor-fiscal do trabalho, e a lei criou 3.644 cargos dele.

Em setembro de 2026, o senador Paulo Paim contou uns 2.600 auditores para o país inteiro. Perto de mil cargos que existem no papel e não

têm ninguém sentado. Para 103 milhões de trabalhadores, dá um fiscal para cada 40 mil. É um fiscal para meio Maracanã lotado.

Em julho de 2025, o próprio Ministério do Trabalho pediu 2 mil cargos novos de auditor, para o orçamento de 2026. A gente procurou. Lei criando esses cargos, não achou.

E no orçamento de 2027, que o governo mandou ao Congresso em 31 de agosto? A gente abriu a tabela de pessoal. O governo federal inteiro pede 2.745 cargos e funções novos. Desses, 1.821 são da Receita Federal. Sobram 924 para o resto do governo. A tabela não separa esses 924 por carreira, mas a conta é simples: os 2 mil auditores não cabem aí.

E ainda dá tempo. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que monta o orçamento, abriu o prazo de emendas em 6 de novembro. Ele fecha em 23 de novembro. Em março, o governo mandou ao Congresso uma mudança na tabela de pessoal do orçamento de 2026, para reorganizar a Receita Federal. Dá para fazer igual pelos auditores.

Então é isto: os 2 mil cargos de auditor dentro do orçamento de 2027. Quem pode pôr é o governo do Lula, que mandou o projeto e assinou a lei de julho. Ou os deputados e senadores, por emenda na Comissão Mista de Orçamento, antes do relatório final. Você sabe o nome de um senador do seu estado?

Lei que abre a porta sem ninguém para bater nela é placa na parede. A Laudelina deixou a casa dela para o sindicato com uma condição.

> *pra continuar, pra usos e frutos: até quando existir a última empregada doméstica no Brasil*
> *— Laudelina de Campos Melo, Sobre a casa que passou ao sindicato de Campinas, citada na exposição do IMS*

Até quando existir a última empregada doméstica no Brasil. Sua mãe, sua tia, sua avó passou a vida lavando a louça dos outros? A porta da casa mudou em julho.

Numa casa de Florianópolis, uma mulher de 52 anos está aprendendo agora a língua de sinais. Onde ela quer morar, até hoje, ninguém respondeu em público.

O que dá pra exigir

- **O quê:** 2 mil cargos de auditor-fiscal do trabalho dentro do orçamento de 2027 (PLN 24/2026).
- **Quem decide:** o governo do Lula, por mensagem que muda a tabela de pessoal do orçamento (como fez em março com a Receita Federal); ou deputados e senadores, por emenda na Comissão Mista de Orçamento, antes do relatório final. O relator-geral é o senador Eduardo Braga.
- **Quando:** o prazo de emendas fecha em 23 de novembro de 2026, às 22h. A votação final não tem data marcada.

- **Onde acompanhar:** Congresso Nacional, Orçamento 2027 (https://www.congressonacional.leg.br/web/orcamento/acompanhe/orcamento-anual/-/loa/2027)

Fontes deste capítulo: **12, 17, 28, 29, 30, 31 e 32**

FONTES

Cada fonte com o endereço por extenso. *Confirmada*: as fontes contam o fato do mesmo jeito. *Disputada*: os historiadores discordam, e a gente mostra as versões.

1 **Justiça exclui da lista suja resgate de doméstica em casa de desembargador de SC**
Leonardo Sakamoto, Repórter Brasil · capítulos 1, 2 e 9
https://reporterbrasil.org.br/2026/08/justica-exclui-da-lista-suja-resgate-de-domestica-em-casa-de-desembargador-de-sc/
☐ CONFIRMADA

2 **Caso Sônia: Justiça dificulta aproximação de irmãos biológicos, diz família**
Repórter Brasil · capítulos 1, 2 e 9
https://reporterbrasil.org.br/2026/09/caso-sonia-justica-dificulta-aproximacao-irmaos-biologicos-diz-familia/
☐ CONFIRMADA

3 **Irmãos buscam reencontro com doméstica apontada como escravizada em SC**
Repórter Brasil (vídeo) · capítulos 1 e 2
https://www.youtube.com/watch?v=wguHFoN6nms
☐ CONFIRMADA

4 **Reportagem sobre o caso Sônia, com a Defensoria Pública da União**
TV Cultura · capítulos 1 e 2
https://www.youtube.com/watch?v=QbWwbdbt4Co
☐ CONFIRMADA

5 **Cobertura da operação na casa do desembargador, 06/06/2023**
Poder360 · capítulo 4
☐ CONFIRMADA

6 **Balanço dos resgates de trabalho escravo em 2025**
Daniel Junqueira, Repórter Brasil, citando a Secretaria de Inspeção do Trabalho · capítulo 3
https://reporterbrasil.org.br/2026/01/brasil-resgata-27-mil-escravidao-2025-intervencao-ministro/
☐ CONFIRMADA

7 **Mulher é resgatada de trabalho análogo à escravidão após 50 anos**
CNN Brasil · capítulo 3
https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/ce/mulher-e-resgatada-de-trabalho-analogo-a-escravidao-apos-50-anos/
☐ CONFIRMADA

8 **Reportagem sobre o resgate na Grande Fortaleza**
Fantástico / g1 · capítulos 3 e 8
https://www.youtube.com/watch?v=zusa3FgfKVw
☐ CONFIRMADA

9 **Doméstica é resgatada após mais de 30 anos em trabalho análogo à escravidão; MPT pede indenização de R$ 800 mil**
Correio (BA) · capítulos 3 e 4
https://www.correio24horas.com.br/brasil/domestica-e-resgatada-apos-mais-de-30-anos-em-trabalho-analogo-a-escravidao-mpt-pede-de-indenizacao-de-r-800-mil-1026
☐ CONFIRMADA

10 **Trabalho doméstico escravo (programa Jornada)**
Tribunal Superior do Trabalho · capítulo 3
https://www.youtube.com/watch?v=qu05n46USXc
☐ CONFIRMADA

11 **Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015**
Presidência da República · capítulo 4
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm
☐ CONFIRMADA

12 **Lei 15.455, de 1º de julho de 2026**
Presidência da República · capítulos 4 e 10
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/L15455.htm
☐ CONFIRMADA

13 **PL 5.760/2023 (origem da Lei 15.455)**
Senado Federal · capítulo 4
https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166703
☐ CONFIRMADA

14 **Trabalhadoras domésticas (infográfico 2026, Pnad Contínua)**
DIEESE · capítulo 5
https://www.dieese.org.br/infografico/2026/2026trabalhadorasDomesticas.pdf
☐ CONFIRMADA

15 **Censo 2022: população de Salvador**
IBGE · capítulo 5
☐ CONFIRMADA

16 **Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943), art. 7º, a**
Presidência da República · capítulo 5

☐ CONFIRMADA

17 **Dignidade e luta: Laudelina de Campos Mello (textos e cronologia da exposição)**
Instituto Moreira Salles · capítulos 6, 7 e 10

https://ims.com.br/2026/04/29/dignidade-e-luta-laudelina-de-campos-mello-textos-da-exposicao/

☐ CONFIRMADA

18 **Laudelina de Campos Mello: exposição no IMS Paulista**
Arte!Brasileiros · capítulo 6

https://artebrasileiros.com.br/arte/laudelina-de-campos-mello-exposicao-ims-paulista/

☐ CONFIRMADA

19 **Reportagem sobre Laudelina de Campos Melo**
Migalhas · capítulos 6 e 7

☐ CONFIRMADA

20 **Lei 14.635, de 25 de julho de 2023**
Câmara dos Deputados · capítulo 6

☐ CONFIRMADA

21 **Reportagem sobre Laudelina de Campos Melo e o depoimento a Elisabete Pinto**
Alma Preta · capítulos 7 e 8

☐ CONFIRMADA

22 **Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972**
Presidência da República · capítulo 8

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm

☐ CONFIRMADA

23 **EC 72 (abril de 2013) e FGTS obrigatório (01/10/2015)**
Alma Preta, programa Jornada (TST), Caixa e Agência Brasil · capítulo 8

☐ CONFIRMADA

24 **Entre Vistas com Creuza Oliveira**
Rede TVT · capítulo 8

https://www.youtube.com/watch?v=R_HTbXtS490

☐ CONFIRMADA

25 **Constituição Federal, art. 5º, XI, e art. 105, I, a**
Presidência da República · capítulos 2 e 8

☐ CONFIRMADA

26 **Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13/09/2024**
Ministério do Trabalho e Emprego e outros · capítulo 9

https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-18-2024_464582.html

☐ CONFIRMADA

27 **Por que empresas têm medo da lista suja do trabalho escravo**
Reuters via Exame · capítulo 9

https://exame.com/negocios/por-que-empresas-tem-medo-da-lista-suja-do-trabalho-escravo/

☐ CONFIRMADA

28 **Notícias do Sinait sobre cargos de auditor-fiscal (22710 e 23324)**
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho · capítulo 10

☐ CONFIRMADA

29 **Fala do senador Paulo Paim sobre os auditores**
Senado Notícias (12/08/2026) e Rádio Senado (11/09/2026) · capítulo 10

☐ CONFIRMADA

30 **Orçamento anual 2027 (PLN 24/2026)**
Congresso Nacional · capítulo 10

https://www.congressonacional.leg.br/web/orcamento/acompanhe/orcamento-anual/-/loa/2027

☐ CONFIRMADA

31 **Anexo V do PLOA 2027**
Governo federal · capítulo 10

https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2026/09/01113917/anexo-v-ploa-2027.pdf

☐ CONFIRMADA

32 **Mensagem 224 (PLN 1/2026): mudança no Anexo V da LOA 2026**
Governo federal · capítulo 10

https://cdn.direcaoconcursos.com.br/uploads/2026/03/DOC-SF265737232401-20260327.pdf

☐ CONFIRMADA

33 **Quem postou a lista de "funcionárias"**
Repórter Brasil (18/08/2026) e TV Cultura (09/09/2023) · capítulo 2

https://reporterbrasil.org.br/2026/08/justica-exclui-da-lista-suja-resgate-de-domestica-em-casa-de-desembargador-de-sc/

■ DISPUTADA

Aqui os historiadores discordam.

34 **Mês da anulação do processo da lista suja no TRT-12**
Repórter Brasil (18/08/2026 e 11/09/2026) · capítulo 9

https://reporterbrasil.org.br/2026/09/caso-sonia-justica-dificulta-aproximacao-irmaos-biologicos-diz-familia/

■ DISPUTADA

Aqui os historiadores discordam.

LINHA DO TEMPO

1936-07-08	Laudelina de Campos Melo funda em Santos a primeira associação de trabalhadoras domésticas do Brasil.
1943	A CLT deixa a doméstica de fora e define o trabalho dela como de natureza não-econômica.
1961-05-18	Laudelina funda a associação das empregadas domésticas de Campinas.
1972-12-11	Lei 5.859 dá carteira, previdência e 20 dias úteis de férias à doméstica.
2013-04	A emenda das domésticas dá jornada de 8 horas e hora extra.
2015-06-01	A Lei Complementar 150 manda o fiscal marcar hora com o patrão antes de entrar na casa; o FGTS vira obrigatório em outubro.
2023-06-06	Operação de cinco órgãos tira Sônia Maria de Jesus da casa de um desembargador em Florianópolis.
2023-09-06	Com autorização do STJ, Sônia volta para a mesma casa.
2025-04	A mulher do desembargador entra na lista suja do trabalho escravo.
2026-07-01	A Lei 15.455 passa a exigir a autorização do empregador ou do trabalhador que mora na casa para a entrada do fiscal.
2026-10-22	O MPT entra na Justiça, no Lago Sul, em Brasília, pedindo R$ 800 mil por uma doméstica de 68 anos.

CRÉDITOS

IMAGEM
Vista de Florianópolis (SC). Foto: HelenCampos — HelenCampos · CC BY-SA 4.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Florian%C3%B3polis_-_Santa_Catarina.jpg

IMAGEM
Lei Complementar 150/2015 (art. 11-A da Lei 10.593 incluído por ela), página do Planalto com o trecho sobre agendamento destacado — Presidência da República (Planalto) · Todos os direitos reservados ao titular
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm

IMAGEM
Sede da Procuradoria-Geral da República, Brasília. Foto: Webysther — Webysther · CC BY-SA 4.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Webysther_20180212174501_-_PGR_-_Procuradoria_Geral_da_Rep%C3%BAblica.jpg

IMAGEM
Sede do Superior Tribunal de Justiça, Brasília. Foto: Superior Tribunal de Justiça STJ from Brasil — Superior Tribunal de Justiça · CC BY 2.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Superior_Tribunal_de_Justi%C3%A7a_(51178085712).jpg

IMAGEM
Ministro André Mendonça no prédio do STF (13/01/2023) — Supremo Tribunal Federal STF · Domínio público
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ministro_Andr%C3%A9_Mendon%C3%A7a_visita_pr%C3%A9dio_sede_do_STF_ap%C3%B3s_vandalismo._13-01-2023.jpg

IMAGEM
Reportagem institucional sobre titulares do cartão do Bolsa Família (TV BrasilGov) — TV BrasilGov · CC BY 3.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cerca_de_93%25_dos_titulares_do_cart%C3%A3o_do_Bolsa_Fam%C3%ADlia_s%C3%A3o_mulheres.webm

IMAGEM
Fachada de uma unidade do Ministério Público do Trabalho (Juazeiro do Norte, CE). Foto: Joelkaula — Joelkaula · CC BY-SA 4.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Minist%C3%A9rio_P%C3%BAblico_do_Trabalho_em_Juazeiro_do_Norte.jpg

IMAGEM
Sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília. Foto: Rafael Delazari from Belo Horizonte, Brazil — Rafael Delazari from Belo Horizonte · CC BY 2.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tribunal_Superior_do_Trabalho_-_Flickr_-_Rafael_Delazari.jpg

IMAGEM
Diário Oficial da União impresso. Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil — Marcello Casal Jr./Agência Brasil · CC BY 3.0 BR
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Di%C3%A1rio_Oficial_da_Uni%C3%A3o_(Brazil).jpg

IMAGEM
Vídeo do STJ "Antes & depois da lei: PEC das Domésticas" — Superior Tribunal de Justiça · CC BY 3.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Antes_&_Depois_da_Lei_-18_-_PEC_das_Dom%C3%A9sticas.webm

IMAGEM
Plenário do Senado com o painel de votação aceso (votação de Jorge Messias, outra votação). Foto: Agência Senado — Agência Senado · CC BY-SA 4.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plen%C3%A1rio_do_Senado_-_Painel_com_a_vota%C3%A7%C3%A3o_de_Jorge_Messias.jpg

IMAGEM
Presidente Lula sancionando uma lei (sanção da lei do futebol feminino, 28/09/2026; outra lei). Foto: Lula Oficial — Lula Oficial · CC BY-SA 4.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:28.09.2026_%E2%80%94_San%C3%A7%C3%A3o_de_lei_para_fortalecer_o_futebol_feminino_no_Brasil.jpg

IMAGEM
Lei 15.455, de 1º de julho de 2026 (página do Planalto), trecho sobre a entrada do auditor no domicílio destacado — Presidência da República (Planalto) · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/L15455.htm

IMAGEM
Encontro sobre os direitos das trabalhadoras domésticas (TV BrasilGov) — TV BrasilGov · CC BY 3.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Encontro_discute_valoriza%C3%A7%C3%A3o_e_amplia%C3%A7%C3%A3o_dos_direitos_das_trabalhadoras_dom%C3%A9sticas.webm

IMAGEM
Horizonte de prédios de Salvador (BA). Foto: Paul R. Burley — Paul R. Burley · CC BY-SA 4.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador_Bahia_Skyline_2018-0901.jpg

IMAGEM
Capa de uma carteira de trabalho brasileira, modelo de 2003 — Brazilian Government · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carteira_de_trabalho_de_2003.jpg

IMAGEM
CLT (Decreto-Lei 5.452/1943, página do Planalto), art. 7º com a expressão 'de natureza não-econômica' destacada — Presidência da República (Planalto) · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

IMAGEM
Centro Cultural IMS Paulista, avenida Paulista (cerimônia de inauguração). Foto: Governo do Estado de São Paulo — Governo do Estado de São Paulo · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cerim%C3%B4nia_de_inaugura%C3%A7%C3%A3o_do_novo_Centro_Cultural_IMS_Paulista._(36720548633).jpg

IMAGEM
Laudelina de Campos Melo, retrato do acervo do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas/Sindtid (Acervo Fundo Brasil) — Sindtid · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.fundobrasil.org.br/app/uploads/2024/11/scan-21.jpg

IMAGEM
Interior do Instituto Moreira Salles (livraria). Foto: Wecomabimt — Wecomabimt · CC BY-SA 4.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Livraria_do_Instituto_Moreira_Salles.jpg

IMAGEM
Vista de Poços de Caldas (MG). Foto: Marcos Cardoso Jr — Marcos Cardoso Jr · CC BY-SA 4.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Po%C3%A7os_de_Caldas_-_Serra.jpg

IMAGEM
Companhia Docas de Santos, ponto de embarque para o Guarujá (foto de época, Museu Paulista da USP) — José Rosael/Hélio Nobre/Museu Paulista da USP · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Companhia_Docas_de_Santos._Santos._Ponto_de_Embarque_para_o_Guaruj%C3%A1.jpg

IMAGEM
Filme mudo "Riquezas Paulistas — Companhia Docas de Santos" (1926-1929), cinema silencioso brasileiro — Robson Camargo · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Resgate_do_Cinema_Silencioso_Brasileiro_-_Riquezas_Paulistas_-_Companhia_Docas_De_Santos_-_1926-1929.webm

IMAGEM
Cinejornal do Estado Novo, Dia da Bandeira (1939) — Arquivo Nacionalista. · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estado_Novo_%E2%80%94_Governo_Get%C3%BAlio_Vargas-_Dia_da_Bandeira_(1939)..webm

IMAGEM
Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, Brasília — Daderot · CC0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pante%C3%A3o_da_P%C3%A1tria_e_da_Liberdade_Tancredo_Neves_-_DSC00281.JPG

IMAGEM
Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, de aço, no Panteão da Pátria. Foto: Michelya1409 — Michelya1409 · CC BY-SA 4.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Panteao_e_folia_zefinha_foto_Peninha_120.jpg

IMAGEM
Lei 14.635/2023 (texto da Câmara), inscrevendo Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria — Câmara dos Deputados · Todos os direitos reservados ao titular

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14635-25-julho-2023-794476-publicacaooriginal-168554-pl.html

IMAGEM
Página do jornal Correio Popular de Campinas, 17/09/1951 — Correio Popular · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Correio-Popular-17Set1951_Cine-Rink.jpg

IMAGEM
Largo do Rosário, Campinas (SP). Foto: Fasouzafreitas — Fasouzafreitas · CC BY-SA 3.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Largo_do_Ros%C3%A1rio_-_Campinas_-_SP.JPG

IMAGEM
Capas do jornal Correio Popular de Campinas (acervo) — Correio Popular · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Correio-popular_tres-capas.png

IMAGEM
Baile Pérola Negra, Teatro Municipal de Campinas, 1963, foto de grupo (Sindtid/Acervo Fundo Brasil) — Sindtid · Todos os direitos reservados ao titular
https://www.fundobrasil.org.br/app/uploads/2024/11/scan-16.jpg

IMAGEM
Tanques em Brasília em 1964 (Arquivo Público do Distrito Federal) — Arquivo Público do Distrito Federal · Domínio público
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:War_tanks_in_Brasilia,_1964.jpg

IMAGEM
Câmara Municipal de Campinas (SP). Foto: Fasouzafreitas — Fasouzafreitas · CC BY 3.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:C%C3%A2mara_Municipal_de_Campinas.JPG

IMAGEM
V Congresso Nacional das Empregadas Domésticas, Olinda, 1985, foto de grupo (Sindtid/Acervo Fundo Brasil) — Sindtid · Todos os direitos reservados ao titular
https://www.fundobrasil.org.br/app/uploads/2024/11/scan-28.jpg

IMAGEM
Lei 5.859/1972 (página do Planalto), exigência da Carteira de Trabalho e Previdência Social destacada — Presidência da República (Planalto) · Todos os direitos reservados ao titular
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5859.htm

IMAGEM
Congresso Nacional ao entardecer, Brasília. Foto: Marta Iansen — Marta Iansen · CC BY-SA 4.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Congresso_Nacional_(Bras%C3%ADlia_-_DF)_ao_entardecer.jpg

IMAGEM
Creuza Maria de Oliveira, presidenta de honra da Fenatrad. Foto: Valter Campanato/Agência Brasil — Valter Campanato - Agência Brasil · CC BY 3.0 BR
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Creuza_Maria_de_Oliveira.jpg

IMAGEM
Creuza Maria de Oliveira. Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil — Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil · CC BY 3.0 BR
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CreuzaMariaOliveira.jpg

IMAGEM
Constituição Federal (página do Planalto), art. 5º, XI, com o trecho sobre a casa como asilo inviolável destacado — Presidência da República (Planalto) · Todos os direitos reservados ao titular
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

IMAGEM
Sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília. Foto: Josue Marinho — Josue Marinho · CC BY 3.0
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasilia_DF_Brasil_-_TST,_Tribunal_Superior_do_Trabalho_-_panoramio.jpg

IMAGEM

Esplanada dos Ministérios, Brasília. Foto: Agência Senado from Brasilia, Brazil — Agência Senado from Brasilia · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Esplanada_dos_Minist%C3%A9rios_(52232232753).jpg

IMAGEM

Senador Paulo Paim (com os senadores Jayme Campos e Mão Santa), Agência Senado. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado — Jefferson Rudy/Agência Senado · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jayme_Campos,_Paulo_Paim_&_M%C3%A3o_Santa.jpg

IMAGEM

Panorama do Estádio do Maracanã, Rio de Janeiro — Rodrigo Silveira Camargo · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Est%C3%A1dio_do_Maracan%C3%A3_-_panorama.jpg

IMAGEM

Esplanada dos Ministérios, Brasília, com os prédios dos ministérios. Foto: Senado Federal from Brasilia, Brazil — Senado Federal from Brasilia · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Esplanada_dos_Minist%C3%A9rios_(48205132557).jpg

IMAGEM

Congresso Nacional visto de fora, Brasília. Foto: Mariordo (Mario Roberto Durán Ortiz) — Mariordo · CC BY-SA 4.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Congresso_Nacional_BSB_06_2014_8856_cropped.jpg

IMAGEM

Prédio da Receita Federal. Foto: André Gustavo Stumpf from Brasil — André Gustavo Stumpf from Brasil · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Receita_Federal_(6878023232).jpg

IMAGEM

Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional (CMO). Foto: Agência Senado — Agência Senado · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CMO_-_Comiss%C3%A3o_Mista_de_Planos,_Or%C3%A7amentos_P%C3%BAblicos_e_Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o_(2024-2027).jpg

IMAGEM

Reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Congresso Nacional. Foto: Senado Federal — Senado Federal · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CMO_-_Comiss%C3%A3o_Mista_de_Planos,_Or%C3%A7amentos_P%C3%BAblicos_e_Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o_(33322470670).jpg

IMAGEM

Palácio do Planalto, Brasília. Foto: Leandro Neumann Ciuffo — Leandro Neumann Ciuffo · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pal%C3%A1cio_do_Planalto_(8721928846).jpg

IMAGEM

Plenário da Câmara dos Deputados, Brasília. Foto: PMDB Nacional — PMDB Nacional · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plen%C3%A1rio_C%C3%A2mara_dos_Deputados_(21448322260).jpg

IMAGEM

Palácio do Planalto, Brasília. Foto: Senado Federal — Senado Federal · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pal%C3%A1cio_do_Planalto_em_2020.jpg

IMAGEM

Reportagem sobre a ação do MPT no Lago Sul, com o título destacado (print da página do Correio 24 Horas) — Correio 24 Horas · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.correio24horas.com.br/brasil/domestica-e-resgatada-apos-mais-de-30-anos-em-trabalho-analogo-a-escravidao-mpt-pede-indenizacao-de-r-800-mil-1026

IMAGEM

Linha do tempo da exposição "Dignidade e luta: Laudelina de Campos Mello" (página do IMS), entrada de 1916 destacada — Instituto Moreira Salles · Todos os direitos reservados ao titular

https://ims.com.br/2026/04/29/dignidade-e-luta-laudelina-de-campos-mello-textos-da-exposicao/

IMAGEM

Reportagem da Repórter Brasil sobre a exclusão da 'lista suja' (print da página), trecho da anulação destacado — Repórter Brasil · Todos os direitos reservados ao titular

https://reporterbrasil.org.br/2026/08/justica-exclui-da-lista-suja-resgate-de-domestica-em-casa-de-desembargador-de-sc/

IMAGEM

Reportagem da Repórter Brasil sobre o caso Sônia e os irmãos (print da página), fala de Marcelo de Jesus destacada — Repórter Brasil · Todos os direitos reservados ao titular

https://reporterbrasil.org.br/2026/09/caso-sonia-justica-dificulta-aproximacao-irmaos-biologicos-diz-familia/

IMAGEM

Edifício-sede do Superior Tribunal de Justiça, Brasília. Foto: Rafael Luz/STJ — Rafael Luz/STJ · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Edif%C3%ADcio_Sede_do_STJ_(54058218219).jpg

IMAGEM

Plenário do Senado Federal, vista geral (2025). Foto: Agência Senado — Agência Senado · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plen%C3%A1rio_do_Senado_(54300785080).jpg

MÚSICA

Quarteto 2, Noturno — Borodin · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ABorodin_-_String_Quartet_No._2_in_D_major_-_III._Notturno._Andante_%28Musopen_String_Quartet%29.flac

MÚSICA

Sinfonia 4, I — Brahms · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ABrahms_-_Symphony_No._4_in_E_minor%2C_Op._98_-_I._Allegro_non_troppo_%28Musopen_Symphony%29.flac

MÚSICA

L'internationale (backing track) — Salakapakka Sound System · CC BY 1.0

https://freemusicarchive.org/music/Salakapakka_Sound_System/Different_faces_of_Triple-S_collected_works_2004-2010/12-Internationale_backing_track/

MÚSICA

Enter the Maze — Kevin MacLeod · CC BY 4.0

https://incompetech.com/music/royalty-free/mp3-royaltyfree/Enter%20the%20Maze.mp3

MÚSICA

Impending Boom — Kevin MacLeod · CC BY 4.0

https://incompetech.com/music/royalty-free/mp3-royaltyfree/Impending%20Boom.mp3

MÚSICA

Lost Time — Kevin MacLeod · CC BY 4.0

https://incompetech.com/music/royalty-free/mp3-royaltyfree/Lost%20Time.mp3

MÚSICA

Promises to Keep — Kevin MacLeod · CC BY 4.0

https://incompetech.com/music/royalty-free/mp3-royaltyfree/Promises%20to%20Keep.mp3

MÚSICA

Redletter — Kevin MacLeod · CC BY 4.0

https://incompetech.com/music/royalty-free/mp3-royaltyfree/Redletter.mp3

MÚSICA

Sinfonia Italiana, I — Mendelssohn · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMendelssohn_-_Symphony_No._4_in_A_major%2C_Op._90_%27Italian%27_-_I._Allegro_vivace_%28Musopen_Symphony%29.flac

MÚSICA

Sinfonia 40, I — Mozart · Domínio público

https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMozart_-_Symphony_No._40_in_G_minor%2C_K550_-_I._Molto_allegro_%28Musopen_Symphony%29.flac

MÚSICA

Places Unseen — Lee Rosevere · CC BY 4.0

https://freemusicarchive.org/music/lee-rosevere/music-for-podcasts-beats/places-unseen/

IMAGEM

Fachada do Supremo Tribunal Federal, Brasília. Foto: Agência Senado from Brasilia, Brazil — Agência Senado from Brasilia · CC BY 2.0

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fachada_do_Supremo_Tribunal_Federal_(STF)_(54333425092).jpg

IMAGEM

Sonora: Creuza Oliveira, presidenta de honra da Fenatrad, no Entre Vistas da Rede TVT (08/09/2023). — Rede TVT · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.youtube.com/watch?v=R_HTbXtS490

IMAGEM

Sonora: Marta de Jesus, irmã de Sônia Maria de Jesus, à Repórter Brasil (20/09/2023). — Repórter Brasil · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.youtube.com/watch?v=wguHFoN6nms

IMAGEM

Sonora: trabalhadora doméstica resgatada (sem nome no vídeo), programa Jornada do Tribunal Superior do Trabalho (20/11/2023). — Tribunal Superior do Trabalho · Todos os direitos reservados ao titular

https://www.youtube.com/watch?v=qu05n46USXc

VERSÃO MAIS ATUAL

Aponta a câmera do celular pra ler a versão mais atual.

Versão de 12 de novembro de 2026. A mais atual está em

https://fiovermelho.org/episodios/laudelina-a-domestica-que-o-patrao-nao-esperava/

A lista de correções está em https://fiovermelho.org/correcoes/

Pode copiar e distribuir, citando o Fio Vermelho (CC BY 4.0): https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/